

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DAS ESCOLAS DE ABRANGÊNCIA DA 6ª CRE

Luiz Ricardo Pinho de Moura¹
Janaina Andréa Halmenschlager Venzon²
Nadiesca Pohlmann³

1

RESUMO

O presente artigo tem como tema principal as políticas educacionais para formação continuada de professores na educação básica. O objetivo do estudo é identificar a realidade e a necessidade de temas que devem ser trabalhados nas escolas estaduais. A metodologia utilizada foi de estudo de caso, com natureza qualitativa e quantitativa de caráter descritivo, o estudo iniciou com a revisão bibliográfica, a partir de autores renomados na área e os dados empíricos, levantados através de um questionário com questões abertas e fechadas, o trabalho teve a parceria da Faculdade Dom Alberto que com o software *Sphinx*, realizou a importação de bases de dados, organizando a coleta de dados em gráficos. Com o estudo, concluiu-se que as escolas estão solicitando que sejam trabalhados temas que envolvam a motivação dos docentes, evasão escolar, avaliação e interdisciplinaridade, relações interpessoais, organização da escola com cargos e funções.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Realidade educacional.

ABSTRACT

The present article has as main theme the educational policies for continuous training of teachers in basic education. The Study Goal is identify the reality and the need to topics that must be worked at school in state schools. The methodology used was a case study with a qualitative and quantitative nature of descriptive character, the study began with a authors in the field and the empirical data collected through a questionnaire with open and closed questions, the worked had a partnership of the Faculdade Dom Alberto with Sphinx software, held a data base import, organizing a Data Collection Graphics. With the study, it was concluded that the schools are asking themes are work processes involving the motivation of teachers, school dropout, evaluation and interdisciplinarity, interpersonal relationships, school organization with duties and functions.

Keywords: Educational policies. Teacher training. Educational reality.

INTRODUÇÃO

Todos os anos as escolas da rede estadual de ensino, realizam anualmente Cursos de Formação Continuada com o objetivo de capacitar, refletir com os docentes temas variados

¹ Graduado em História, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino e Gestão escolar. E-mail: luizricardopm@gmail.com

² Graduada em Ciências Biológicas, Especialista em Educação Ambiental. E-mail: janainavenzon@terra.com.br

³ Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia e Educação a Distância, Mestre em Política e Gestão da Educação. E-mail: nadiesca.coordenacao@domalberto.edu.br

relacionados à educação. Também acontecem Seminários, Fóruns nos diferentes municípios que abrangem a 6ª Coordenadoria Regional de Educação.

A 6ª Coordenadoria Regional de Educação abrange 18 municípios e um total de 108 escolas, sendo as escolas de Educação Básica, caracterizadas como zona urbana e zona rural/campo, ensino fundamental, ensino médio e a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), os professores das 108 escolas se reúnem em blocos para formação continuada, participam de Seminários, Encontros Educacionais ou alguns estudam na própria escola.

O Coordenador de Educação, juntamente com a Assessoria de Formação Continuada da CRE, organizaram uma Pesquisa envolvendo as escolas de abrangência para verificar quais as maiores dificuldades que a escola vem enfrentando no ambiente escolar e que precisam ser retomados, discutidas na Formação Continuada. Também foi questionado as escolas com relação ao Projeto Político Pedagógico, sendo este o documento norteador do trabalho pedagógico da escola, se está atualizado e se a escola tem interesse em reformular, reorganizar o Projeto Político Pedagógico durante as Formações Continuada.

A LDB, Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata sobre a Educação Nacional e Educação Básica, em seu artigo ,Art. 62, trata sobre a Formação dos profissionais da Educação:

Art.62-A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, coloca como finalidade da formação dos profissionais da educação “atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando”. Assim, criar condições e meios para se atingir os objetivos da educação básica é a razão de ser dos profissionais da educação. Formação com tal finalidade terá por fundamentos, segundo a Lei, “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em

serviço” e “o aproveitamento da formação e experiências anteriores”, adquiridas, estas, não só em instituições de ensino, mas também em “outras atividades”, que não do ensino.

Nesse sentido, é preciso repensar a formação docente (inicial e continuada) como momentos de um processo de construção de uma prática qualificada de acordo com a realidade da escola, sua tipologia e modalidade de ensino.

O mundo atual, está exigindo cada vez mais que os docentes repensem suas práticas, mas devem ser levado em conta as verdadeiras necessidades de cada escola, para que a formação continuada possa refletir ações da realidade da comunidade escolar e que esta possa realmente fazer o repensar, o refletir dos docentes para que estes consigam voltar-se para a atividade reflexiva e investigativa, incorporando aspectos da diversidade e o compromisso social com a educação e a formação socialmente referenciada dos estudantes da educação básica da rede estadual de ensino de abrangência da 6ª Coordenadoria de Educação.

3

FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR: QUESTÃO PRIORITÁRIA

Os professores precisam aprender a buscar informação, adquirir ferramentas conceituais para compreender a realidade, ampliar sua cultura geral, aprender a lidar competentemente com as práticas de ensinar. São temas que devem ser discutidos e trabalhados na Formação Continuada, porque muitas questões pertinentes da realidade escolar não estão presente na formação inicial, feita nos cursos de formação, portanto, é de grande importância para a qualidade do ensino que na formação continuada, feita nas próprias escolas ou partir dos problemas apontados nas escolas, se estude e se reflita temas do cotidiano escolar.

Libâneo (2004) considera necessário que os cursos de formação e as escolas planejem estratégias de mudança na mentalidade dos professores em relação às formas de trabalho. As transformações na ciência, na noção de conhecimento e do processo do conhecimento estão afetando muito os métodos e procedimentos de ensino. Essa mudança de mentalidade precisa começar na própria organização pedagógica e curricular, nas formas

de gestão da escola, na elaboração do projeto pedagógico. Os professores mudarão sua maneira de ensinar à medida que vivenciarem novas maneiras de aprender.

Segundo Alarcão (2003), nossa sociedade, denominada “sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem”, exige competência de acesso, avaliação e gestão da informação oferecida. Nela, o homem deve ter a capacidade de transformar as informações em conhecimento. Deve saber lidar com a informação de modo rápido e flexível, discernindo sua importância, reorganizando-a, interpretando-a, selecionando-a, sistematizando-a e recriando-a. Assim, as competências exigidas, hoje, devem ser desenvolvidas num contexto em que haja apelo para atitudes autônomas, dialogantes e colaborativas e em projetos de reflexão e pesquisa e que estejam voltadas para a realidade educacional.

De acordo com Alarcão (2003) a escola tem papel central na qualidade do ensino e na formação dos discentes, porque a sala de aula é o espaço onde se procura e se produz o saber. A aprendizagem deve ser organizada focando no aluno e promovendo sua capacidade de auto e hetero aprendizagem, o qual deve ser aprendente e descobrir o prazer de ser uma mente ativa.

Alarcão (2003) denomina a era em que vivemos como “sociedade da informação” e “sociedade da aprendizagem”, a partir da qual os papéis da escola do professor e do aluno se modificam. Os professores são ao longo da vida animadores da aprendizagem, o aluno é um ser aprendente (ao longo da vida) e a escola um sistema aberto e flexível, mas para que realmente isso possa acontecer é importante que a Formação Continuada do professor seja questão prioritária na Escola.

REPENSANDO A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As Políticas de Formação continuada precisam ser repensadas e reorganizadas. Devemos procurar desenvolver o interesse da realidade de cada escola, de cada município nas formações. Na década de 1990 a formação continuada passou a ser considerada como uma das estratégias fundamentais para a renovação do perfil profissional do professor.

Conforme Nóvoa (1997), “o professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96 defende a descentralização da política pedagógica, demonstrando que as propostas curriculares buscam ser elaboradas pelos próprios integrantes, de forma que atendam à cultura da realidade escolar. Com base nas políticas públicas, a formação continuada de professores tem amparo legal na LDB 9394/96 por meio do atendimento da demanda escolar e da inclusão dos estatutos e planos de carreira do magistério público, inclusive em serviço, na carga horária de trabalho docente. No art. 13º, inciso V:

trata que os docentes incumbir-se-ão de ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Como intuito de propiciar uma formação fundamentada na íntima associação entre teoria e prática, a lei ampara a reserva de horários para estudo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) propõem orientações gerais sobre o básico a ser ensinado e aprendido em cada etapa de escolaridade e têm por objetivo orientar o planejamento escolar e as ações de reorganização do currículo. Neste âmbito, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram organizados para colaborar com a formação e a prática dos professores, traçando objetivos para cada nível de ensino da educação básica e cada área de conhecimento que compõe o currículo escolar de maneira clara e coerente com o desenvolvimento dos alunos.

De acordo com as diretrizes dos referenciais para a formação dos professores,

[...]uma série de iniciativas de reorientação curricular e formação continuada de profissionais da educação por várias secretarias estaduais e municipais; algumas experiências inovadoras de formação de professores em nível superior; e algumas parcerias interinstitucionais importantes visando à busca de soluções conjuntas para problemas comuns (BRASIL, 1999, p.30).

Por intermédio desses referenciais, o MEC propõe mudanças na criação dos sistemas de formação dos professores, nos quais se articulem os processos de formação

continuada, sempre de acordo com a realidade de cada região, município e tipologia de escola.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o desenvolvimento das competências profissionais é processual e a formação inicial é apenas a primeira etapa do desenvolvimento profissional permanente, “impondo ao professor o desenvolvimento de disposição para atualização constante” (DCN, 2001, p. 10).

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA

O Projeto de lei que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece 20% das metas para a valorização e a formação dos profissionais do magistério a serem alcançadas pelo país até 2020:

Meta 15-garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Meta16- formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos a formação continuada em sua área de atuação. Meta 17-valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Meta 18 - assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino (PNE- 2011/2020).

O Plano Nacional de Educação sugere aos docentes uma formação continuada que objetive o desenvolvimento profissional e possibilite o domínio crítico do conhecimento científico e didático, o que poderá resultar em uma melhoria na remuneração profissional. É possível observar que o Plano Nacional de Educação (PNE) atenta não só para a formação, mas alerta também para as condições de trabalho e a profissionalização dos professores.

Percebe-se que somente as leis educacionais não são estratégias suficientes para garantir a qualidade da educação, sendo necessário investir na formação permanente

do professor ,considerando a realidade do contexto social, político e econômico da comunidade escolar.

Para tanto, Nóvoa propõe um professor com formação e compromissos bem mais amplos.

Eu quero professores que não se limitem a imitar outros professores, mas que se comprometam na educação das crianças numa nova sociedade; professores que participem de um sistema que os valoriza e lhes fornece os recursos e os apoios necessários à sua formação e desenvolvimento; professores que não são apenas técnicos, mas também criadores (1991, p. 39).

7

Portanto, além da formação profissional, as políticas educacionais também proporcionam condições dignas de trabalho, proporcionando um espaço de discussão para transformação da prática social. Com a formação docente, os profissionais da educação serão capazes de enfrentar os problemas escolares e as contradições da prática educacional, profissionais ativos, autônomos e criativos, que pesquisam, desenvolvem e refletem sobre seu trabalho, de acordo com a realidade de cada instituição de ensino.

ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA:

O termo projeto indica plano, intento; vem de projetar que significa lançar-se, precipitar-se. Neste sentido, o projeto é redação preliminar das intenções da escola. Conforme Libâneo (2004), “é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos”.

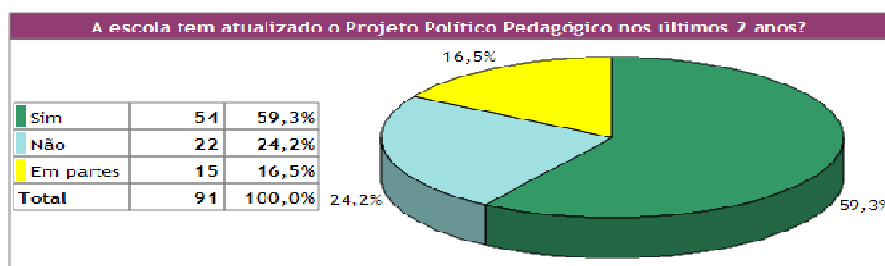
O Projeto Político Pedagógico por refletir todas as intenções da escola, deve ser sempre atualizado.

Vejamos também o que pensa Gadotti (1994) sobre projeto:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579).

As escolas foram questionadas se atualizaram o Projeto Político Pedagógico nos últimos dois anos. De 91 escolas que responderam a questão, destas 54 disseram que sim, somando 59,6% atualizaram o Projeto Político Pedagógico. Vinte e duas escolas responderam que não atualizaram, somando um percentual de 24,2% e 15 escolas disseram que atualizaram em parte, somando 16,5%.

Pode-se verificar que 40,7% das escolas estaduais atualizaram em parte ou não atualizaram o Projeto Político Pedagógico nos últimos 2 anos.



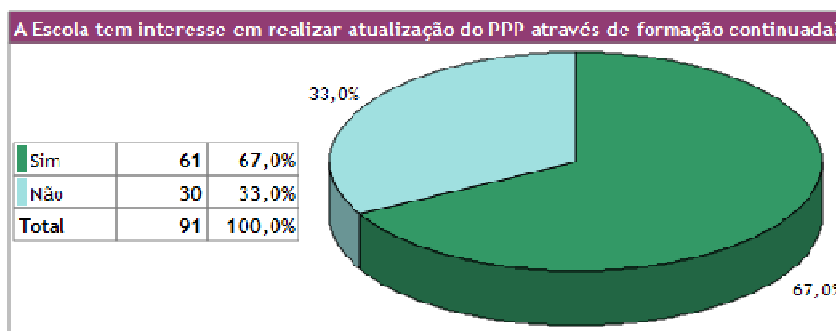
Amostra total - 116 observações

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.

De acordo com Libâneo (2004), tem que partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como instituição das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do quem vem sendo; e vai além: supõe a colocação em

prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados. Portanto, deve ser refletido, analisado e reconstruído pelo menos de 2 em 2 anos.

Quando questionada sobre o interesse da escola em realizar a atualização do Projeto Político Pedagógico verificou-se que das 91 escolas que responderam o questionário, 67% responderam que Sim, que tem interesse na reorganização e 33% disseram que não tem interesse em reorganizar o Projeto na Formação Continuada.



Amostra total - 116 observações

Conhecer a importância do projeto Pedagógico da Escola, sua construção coletiva, observando as demandas, a comunidade, a realidade em que a escola está inserida, requer realizar um Projeto Político Pedagógico participativo, onde seja oportunizado para todos os envolvidos na Escola opinar, relatar e juntos, construir a Proposta Pedagógica. Segundo Vasconcellos (2002), a estrutura básica de um projeto político-pedagógico comporta três grandes elementos: marco referencial, diagnóstico e programação. O diagnóstico não deve apenas ser descritivo, mas tem de ser também analítico. Deve identificar necessidades de mudanças, ou seja, responder: o que nos falta para ser o que desejamos? Importante refletir sobre a definição do que é necessário e possível fazer para diminuir a distância entre o que a escola é e o que deveria ser. Por isso, deve ser repensado no mínimo de dois em dois anos, e

ser construído por todos os envolvidos, sendo a Formação Continuada momento importante para essa construção.

TEMAS RELEVANTES PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

A proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio, apresentada pela Secretaria de Educação (SE) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), leva em consideração os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96.

A LDB/1996 determina que:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art. 22).

Em decorrência, o texto legal apresenta o Ensino Médio como etapa final da educação básica, tendo, entre seus objetivos:

[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científicos- tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art.35).

Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação por meio da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), assim se posiciona:

O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura como ampliação da formação cultural (CNE/CEB, Resolução nº 04/2010, Art. 26, § 1º).

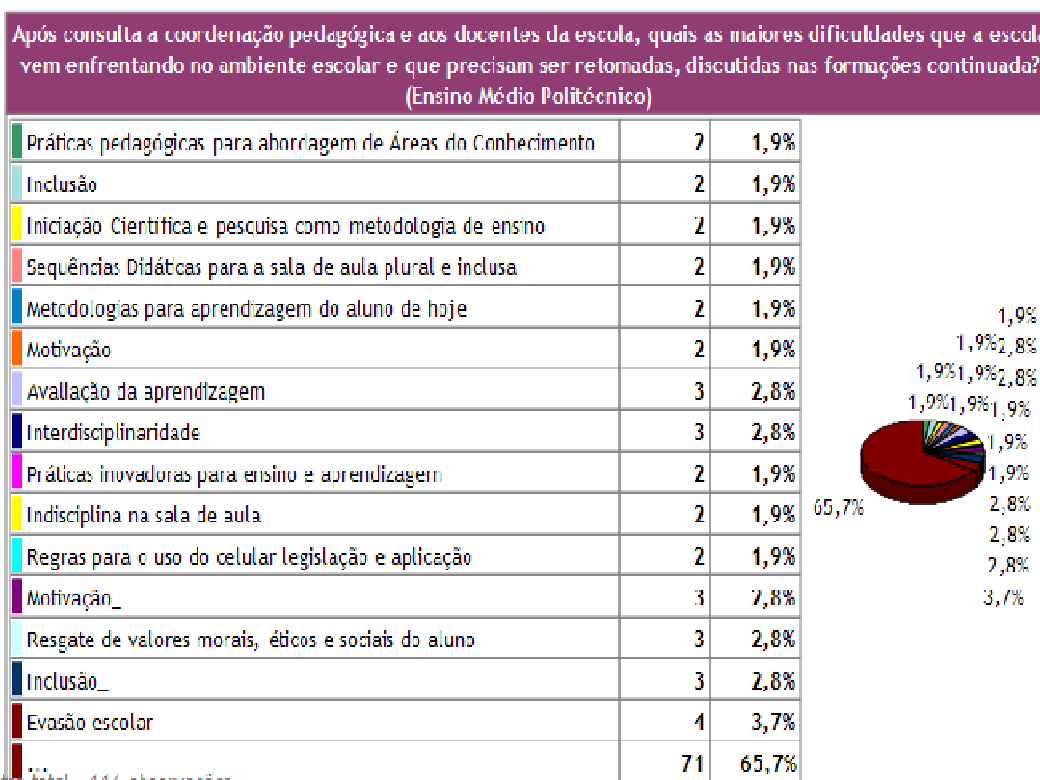
Nesse sentido, o documento norteador do Ensino Médio Politécnico enfatiza a importância do currículo ser concebido de modo a resgatar o sentido da escola como espaço

de desenvolvimento e aprendizagem, um espaço que dê sentido para o mundo real, concreto, a ser percebido pelos estudantes.

A coordenação pedagógica e os docentes do ensino médio politécnico de 91 escolas estaduais de abrangência da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, responderam que as maiores dificuldades que a escola vem enfrentando no ambiente escolar e que precisam ser retomadas, discutidas na formação continuada, apresentou como maior preocupação a evasão escolar com 3,7% das respostas, os temas: avaliação da aprendizagem, interdisciplinaridade, motivação, resgate de valores morais, éticos e sociais do aluno, inclusão tiveram 2,8% das respostas.

O gráfico abaixo apresenta o resultado de todos os temas que consideraram relevantes.

6ª Coordenadoria Regional de Educação 



Amostra total = 114 observações

Pode-se perceber que os professores estão solicitando que sejam trabalhados os temas que foram observados e pensados na perspectiva da organização curricular do

Ensino Médio Politécnico, que deverá considerar a relação “parte totalidade”; a valorização de saberes “reconhecendo que o saber popular se constitui no ponto de partida para a produção do conhecimento científico”; a “relação entre teoria e prática”; a “interdisciplinaridade” com o propósito de superar a fragmentação do conhecimento; a “avaliação emancipatória” (RS/SE, 2011, p. 20), um importante eixo desta proposta de modo a reafirmar a opção por práticas democráticas em todas as instâncias das políticas educacionais.

Com relação à evasão escolar, o Censo Escolar de 2013 revelou um dado preocupante. A taxa de reprovação no ensino médio brasileiro atingiu 13,1%, maior número desde 1999. A constatação levanta uma importante questão: o país está regredindo na educação dos jovens? Os alunos do ensino médio aprendem menos hoje e, por isso, são mais retidos? Segundo diversos especialistas, não é esse o caso. A reprovação é resultado de uma conjunção de fatores nem sempre negativa - embora longe de ser positiva. O tema da “evasão” é bastante polêmico, e a grande preocupação é qualificar o professor para que ele consiga enfrentar o abandono escolar.

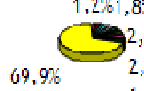
FORMAÇÃO CONTINUADA NA VISÃO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

O gráfico abaixo representa as respostas das 91 escolas que responderam a pesquisa, sendo que a coordenação pedagógica e os docentes do ensino fundamental anos finais, que compreende os docentes que atuam do 6º ao 9º ano, de 91 escolas estaduais de abrangência da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, responderam que as maiores dificuldades que a escola vem enfrentando no ambiente escolar e que precisam ser retomadas, discutidas na formação continuada são: relações interpessoais na escola (5%), etapa do desenvolvimento dos alunos, elaboração e atualização de currículo e planos de estudo, estresse na escola, competências e responsabilidades de cargos e funções somaram nesses temas 4% (cada tema). O quadro baixo apresenta todas as respostas :

Após consulta a coordenação pedagógica e aos docentes da escola, quais as maiores dificuldades que a escola vem enfrentando no ambiente escolar e que precisam ser retomadas, discutidas nas formações continuada?(Ensino Fundamental anos finais)

Planos de Estudo	2	1,2%	
Motivação	2	1,2%	
Metodologias para aprendizagem do aluno de hoje	3	1,8%	
Avaliação da aprendizagem	4	2,4%	
Práticas inovadoras para ensino e aprendizagem	3	1,8%	3,0%
Avaliação da aprendizagem	3	1,8%	2,4%
Metodologias para o estímulo do prazer na aprendizagem	3	1,8%	2,4%
Etapa do desenvolvimento dos alunos	4	2,4%	1,8%
Elaboração e Atualização de Currículo e Planos de Estudos	4	2,4%	1,2%
Relações interpessoais na escola	5	3,0%	1,8%
Estresse na escola (relações entre Professor/aluno, Aluno/Professor, Professor/Professor)	4	2,4%	2,4%
Competências e responsabilidades em Cargos e funções da escola	4	2,4%	1,8%
Resgate de valores morais, éticos e sociais do aluno	3	1,8%	1,8%
Indisciplina na sala de aula	3	1,8%	
Intercidadania	3	1,8%	
Outros	116	69,9%	

Amostra total – 116 observações



Com as respostas da coordenação pedagógica e docentes do ensino fundamental anos finais, percebeu-se que maior dificuldade que os professores estão passando na escola hoje e que estão solicitando formação continuada é com relação a um dos Pilares da Educação: o terceiro Pilar da Educação: Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros.

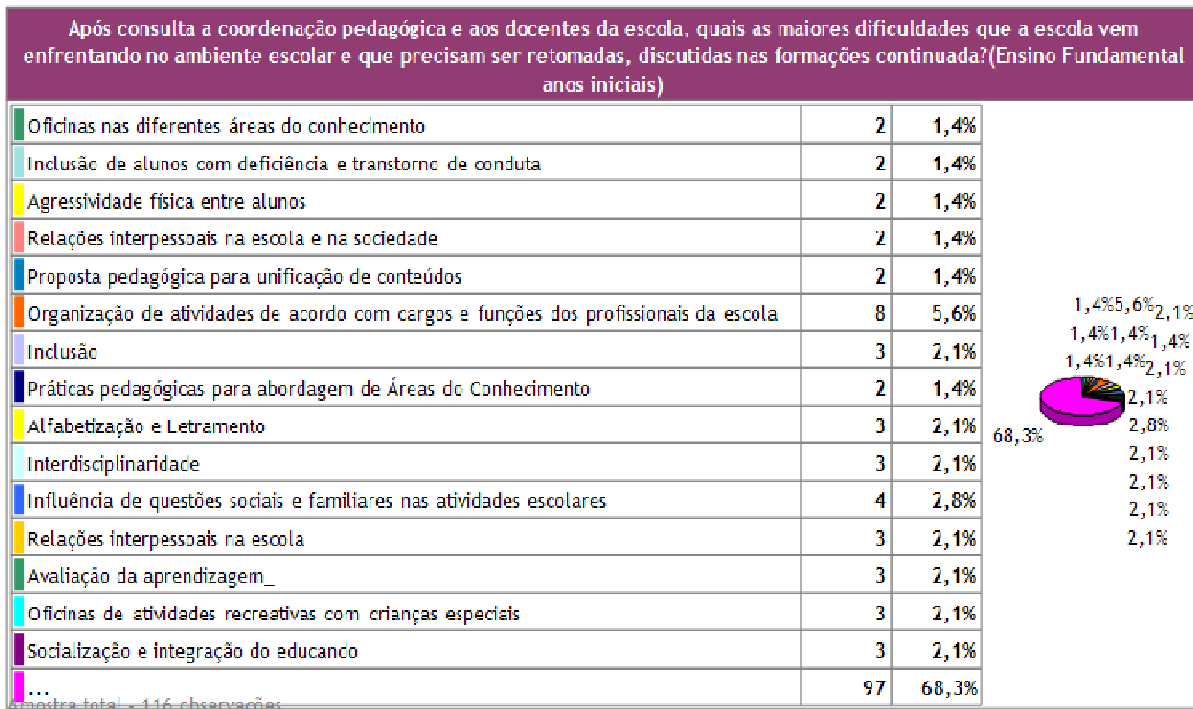
Segundo Delors (1999) esta aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no progresso da humanidade. A história humana sempre foi conflituosa, mas há elementos novos que acentuam o problema e, especialmente, o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade no decorrer do século XX. A opinião pública, através dos meios de comunicação social, torna-se observadora impotente e até refém dos que criam ou mantêm conflitos. Até agora, a educação não pôde fazer grande coisa para modificar esta situação real. Poderemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, da sua espiritualidade?

De acordo com Delors (1999) é de louvar a ideia de ensinar a não violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos. A tarefa é árdua porque, muito naturalmente, os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo que a pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros.

FORMAÇÃO CONTINUADA E TEMAS SUGERIDOS EDUCADORES ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

O gráfico abaixo representa as respostas das 91 escolas que responderam a pesquisa, sendo que a coordenação pedagógica e os docentes do ensino fundamental anos finais, que compreende os docentes que atuam do 1º ao 5º ano, de 91 escolas estaduais de abrangência da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, responderam que as maiores dificuldades que a escola vem enfrentando no ambiente escolar e que precisam ser retomadas, discutidas na formação continuada somou 5,6% o tema da organização de atividades de acordo com cargos e funções dos profissionais da escola, e em segundo lugar com 2,8% a influência de questões sociais e familiares nas atividades escolares.

O quadro com o gráfico abaixo apresenta todas as respostas :



De acordo com Libâneo (2004), a gestão da escola, para se constituir a partir do fundamento democrático, deve ter como princípios básicos: participação e autonomia. Pedagogicamente esse processo exige que a escola se arme de instrumentos que visem garantir esses princípios e se voltem para a especificidade dos objetivos da escola: garantir o processo de formação do cidadão, que envolve não apenas o conhecimento e aprendizagem de conteúdos pré-determinados, e que está pautado numa determinada concepção de homem que se quer formar.

Entre os professores das séries iniciais do ensino fundamental existe uma forte desconfiança (uma suspeita de não efetivação dos papéis sociais esperados para pai e mãe) em relação aos pais das crianças que estão na escola. Essa constatação revela um condicionamento em suas relações mútuas: os pais desconfiam da escola, são questionadores do trabalho docente; ao mesmo tempo, os professores não confiam nas famílias, frustram-se no desempenho de sua função e responsabilizam-nas por grande parte desta frustração, esperam o retorno das famílias e isso não acontece. Se os pais forem interrogados, “possivelmente obteremos uma extensa lista de insatisfações quanto à escola

que cuida de seus filhos”; por outro lado, é provável que os professores “apontem inúmeros aspectos em que as famílias deixam a desejar” (CUNHA, 2000, p. 447).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados pelos professores da Educação Básica da rede estadual de ensino são de grande extensão. As políticas educacionais para Formação Continuada de professores evoluíram nos últimos anos, e com isso proporcionou que todos os educadores da Educação Básica possam realizar estudos, cursos, para além de realizarem atualização didático pedagógica, também possam conhecer novas alternativas para trabalhar com a demanda de alunos que estão “entrando” nas escolas.

A formação continuada do professor é uma conquista que vem acontecendo ao longo da história, e por isso entende-se a Formação Continuada na Educação Básica, como um importante processo permanente e sistemático de estudo, e vendo a escola como um dos locais dessa capacitação, de forma a possibilitar ao professor a articulação dos conhecimentos teóricos com a prática pedagógica, por isso da importância de cada escola sugerir temas que precisam ser aprofundados.

Verificou-se nesse trabalho que todas as escolas possuem demanda de temas para formação continuada, algumas se igualam pela tipologia das escolas, outras se diferenciam nos temas. Também pode-se analisar que os docentes do Ensino Médio Politécnico possuem necessidade e solicitaram, sugeriram temas diferentes para formação continuada.

Conclui-se que a Formação continuada é de grande importância para a educação, para a melhoria da qualidade do ensino e deve ser realizada de acordo com a realidade de cada instituição, e deve também ser repensada na Formação Continuada o Projeto Político Pedagógico da Escola, sendo este o condutor do trabalho pedagógico dos docentes.

Em cada nível, modalidade de ensino, enfrenta-se diferentes realidades de problemas na educação, mas é preciso superar esse problema e assim o docente deve buscar soluções para sanar estes desafios enfrentados em sala de aula e assim atender a demanda da sociedade, por isso é necessário estar atento as novas alternativas que estão surgindo para

atender com qualidade o educando, uma dessas alternativas é participar de Formação Continuada que é oferecida na escola, com temas atuais e relevantes para o ensino.

Podemos dizer que a Formação Continuada dos docentes das escolas estaduais de abrangência da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, passarão por algumas mudanças após a realização desse estudo, porque poderão analisar e estudar os temas que realmente os docentes sentem necessidade no ambiente escolar, observando sua tipologia e estrutura curricular, obedecendo às exigências legais da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais, oportunizando qualificação do ensino e da aprendizagem a todos os docentes, com apoio da Coordenadoria Regional de Educação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Plano Nacional da Educação**, Brasília, 2011.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. (2001). Resolução CEB Nº 2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na Modalidade Normal. Brasília: DF. Disponível em: www.mec.gov.br/CNE, acesso em 28/10/2015.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 2002.

Artigo aceito em dez./2015